



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

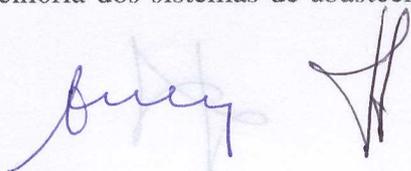
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

8 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às dez horas, no Auditório nº 2 do
9 Ibama Sede – Brasília/DF, iniciou a 14ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o
10 Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente
11 suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, fazendo a leitura da pauta e
12 solicitando que a reunião no dia seguinte se inicie antes do horário programado. A videoconferência
13 com Minas Gerais e Espírito Santo foi iniciada. O Secretário Executivo substituto fez informes
14 sobre a nomeação dos novos membros do CIF, representantes da Casa Civil, e dos novos
15 coordenadores da CT-OS. Após a comunicação sobre a inversão de pauta solicitada pela CT-SHQA
16 e outras Câmaras Técnicas, a CT-Saúde passou a apresentar seus informes e expor ao CIF, para
17 deliberação, a minuta das bases mínimas para a relatoria do Programa de Apoio à Saúde Física e
18 Mental da População Impactada. Em videoconferência, o coordenador da CT-SECL, antes do
19 desmembramento das CTs, fez breve resumo acerca do modelo de relatório que a Renova deverá
20 utilizar nos programas de saúde. Também ressaltou que a CT-Saúde está reunida em Belo Horizonte
21 no mesmo dia e horário desta reunião ordinária do CIF, inclusive com o Programa de Castração de
22 Animais em pauta, ainda sem encaminhamentos. O Secretário Executivo substituto adiantou que a
23 CT-OS tampouco tratou do tema da castração dos animais, tendo em vista a recente nomeação dos
24 novos coordenadores titular e substituto da CT-OS. Assim, esse assunto será novamente abordado
25 na próxima reunião do CIF. O coordenador da antiga CT-SECL continuou sua apresentação do
26 modelo de relatório, propondo que, caso aprovado, esse modelo de relatório integre a Deliberação
27 nº 63, como anexo. Contudo, mediante justificativas, a Presidente suplente orientou que seria
28 melhor que esse relatório fosse aprovado em Deliberação própria, rejeitando a proposta apresentada.
29 Tendo em vista que a minuta de deliberação não foi enviada aos membros do CIF, o Secretário
30 Executivo substituto se comprometeu a elaborar a minuta de deliberação e enviar aos membros para
31 apreciação e subsequente votação no dia posterior, com o modelo de relatório anexo à mesma,
32 fazendo remissão à Deliberação nº 63 no preâmbulo da minuta. O coordenador da CT aprovou esse
33 encaminhamento. Na sequência, as representantes do Ministério da Saúde apresentaram propostas
34 de alterações das cláusulas do TTAC, primeiramente com a sugestão de alteração do nome do
35 Programa da Saúde, estabelecendo a padronização da definição de população atingida e população
36 impactada, uma vez que essas definições afetam as ações concernentes à saúde no acompanhamento
37 desse público a curto e longo prazo. Também apresentaram proposta de inclusão do termos
38 “diretamente e indiretamente impactados”, o que levaria à ampliação do escopo dos programas. O
39 Prefeito de Mariana/MG demonstrou preocupação com o tratamento da população indiretamente
40 impactada, o que poderia tornar o programa inexequível. O Secretário Executivo substituto
41 informou que a Presidente titular apresentou contraproposta na minuta preliminar da Nota Técnica
42 da SECEX/CIF com a consolidação das propostas de alteração do TTAC, no sentido que sejam
43 retirados os termos “diretamente e indiretamente” e utilizados apenas os termos “população
44 impactada”. Tema amplamente discutido. A representante do MS destacou que será proposto estudo
45 de avaliação de risco toxicológico mais detalhado para verificar quais os impactos do consumo de
46 pescado. Em continuidade, as propostas da CT-Saúde foram sendo apresentadas uma a uma, com
47 comentários dos membros do CIF. Posteriormente, tratou-se do encaminhamento de
48 redirecionamento para a CT-Saúde da atribuição de monitoramento da qualidade da água para
49 consumo humano. A representante da SEMAD/MG discorreu acerca dos programas que devem ser

50 acompanhados por duas ou mais CTs, as quais podem ser designadas por meio de deliberação.
51 Ampla discussão. O coordenador da CT-ECL destacou que a Deliberação nº 67 já atribuiu o
52 programa de monitoramento da qualidade da água para consumo humano à CT-Saúde. Após
53 questionamentos dos membros, o Secretário Executivo substituto mencionou que foram enviados
54 Ofícios para os Secretários Estaduais de MG e ES solicitando a indicação formal dos nomes dos
55 coordenadores e suplentes da CT de Saúde e da CT de Educação, Cultura e Lazer. Dando
56 prosseguimento, o representante da Casa Civil, membro da CT-OS, trouxe informes acerca da
57 substituição da coordenação dessa CT, que passou a ser de responsabilidade do Ministério de
58 Desenvolvimento Social e Agrário, o qual já indicou os nomes da coordenadora e do suplente,
59 apresentando minuta de deliberação para alteração formal da coordenação dessa CT. Outras duas
60 minutas de deliberação do CIF também foram apresentadas, sobre a validação de quatro lotes do
61 cadastro integrado e sobre o novo cronograma relativo ao processo de cadastramento de famílias
62 atingidas. As minutas serão complementadas pela SECEX com dados documentais e demais
63 considerações no preâmbulo para que sejam votadas no dia seguinte. As informações relativas à
64 Deliberação nº 58 e nº 59 serão apresentadas na próxima reunião do CIF, após transição de
65 coordenação da CT-OS para o MDSA. No próximo item da pauta, a representante do IBIO expôs a
66 Nota Técnica relativa à definição do Programa de Recuperação de Nascentes, sob responsabilidade
67 da CT-FLOR. A apresentação iniciou versando sobre o Comitê Integrado da Bacia Hidrográfica do
68 rio do Doce (CBH-Doce), seus integrantes, programas, objetivos e as áreas em que trabalharão em
69 parceria com o programa Reflorestar. Outros técnicos do IBIO fizeram a apresentação da Nota
70 Técnica solicitada para subsidiar o CIF no programa de recuperação de nascentes, previsto na
71 cláusula 163 do TTAC, e explicaram quantas áreas já foram identificadas e a previsão de
72 recuperação de cinco mil nascentes. Explicitaram os critérios, metodologia e índices que foram
73 implementados em seus estudos que serviram para identificar e estabelecer as áreas críticas e
74 prioritárias ao programa. A recuperação ocorrerá de maneira contínua, visto que mais de quinhentas
75 nascentes já foram recuperadas, partindo-se das áreas mais vulneráveis para as menos vulneráveis,
76 segundo o estudo de vulnerabilidade apresentado. Outras recomendações foram discutidas. Ampla
77 discussão sobre o cronograma proposto pela CT-FLOR. Receio de que haja pulverização das ações,
78 o que dificultaria o andamento do programa. Foi discutido que a recuperação de cem nascentes não
79 se trata de pulverização, porém um número abaixo disso não é recomendável por problemas de
80 logística. A tabela foi alterada pelos membros, por consenso, com previsão das nascentes a serem
81 recuperadas nos próximos três anos, seguindo uma proporção de cinquenta por cento para a área
82 mais vulnerável, trinta por cento para a segunda mais vulnerável e vinte por cento para a terceira.
83 Assim, foram elencadas as bacias do rio Suaçuí, São José e Piranga, onde serão recuperadas,
84 respectivamente, duzentas e cinquenta, cento e cinquenta e cem nascentes. Justificativas de que o
85 benefício será ampliado a outras áreas e comunidades, que começarão a perceber efetivamente as
86 melhorias e os benefícios advindos do TTAC. Tendo em vista que a minuta de deliberação não foi
87 apresentada pela CT-FLOR, a SECEX se encarregou de prepará-la para votação no dia seguinte,
88 após a apresentação do novo cronograma seguindo os critérios estabelecido pelos membros do CIF.
89 Às treze horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas, com a
90 presença da Presidente titular do CIF. O próximo item da pauta foi apresentado pela CT de
91 Economia e Inovação, que trouxe informes gerais das últimas reuniões desta CT. Em seguida,
92 passou a discorrer sobre a proposta de deliberação que concede prazo para que a Fundação Renova
93 responda aos apontamentos da NT nº 14/CTEI, acerca da avaliação das diretrizes básicas para
94 ressarcimento dos gastos públicos e extraordinários. Ressaltou que a NT requer a definição expressa
95 dos prazos e a caracterização de urgência e calamidade pública do desastre de Mariana/MG,
96 demonstrando a necessidade da formalização por parte da Renova em prestar esclarecimentos,
97 principalmente aos Municípios, de que não se trata de gastos convencionais facilmente abarcados
98 pela Lei nº 8.666/1993. Assim, o procedimento licitatório dos gastos e despesas operacionais devem
99 ser tratados pela legislação aplicável e pertinente a cada caso, levando-se em conta a

100 excepcionalidade do evento. O Prefeito de Mariana/MG registrou que encaminhou vários Ofícios
101 solicitando informações, mas as respostas da Fundação Renova não foram satisfatórias, pois
102 argumentavam que eram informações confidenciais e por esta razão não poderiam disponibilizá-las,
103 registrando-se em Ata a sua crítica. Em continuidade, o representante da CTEI também expôs que é
104 preciso uma flexibilização quanto os documentos comprobatórios exigidos em lei. Foi solicitado
105 retirar a expressão “horas extras” no quesito que trata dos gastos com pessoal, pois poderia gerar
106 confusão na caracterização e definição dessas horas por parte dos diferentes entes. Ficou acordado
107 que em relação às questões orçamentárias envolvendo os entes e a Fundação, com o intuito de não
108 ultrapassar o teto constitucional, haverá uma discussão geral coordenada pela Casa Civil. Em
109 seguida, o representante da CTEI apresentou três NTs referentes aos três Acordos celebrados entre
110 Renova, BDMG, Prefeitura de Mariana e o INDI (Cláusula 129); Renova, BDMG e INDI (Cláusula
111 130); e Renova, FAPES e FAPEMIG (Cláusulas 113 e 114). Advertiu que os representantes do
112 BDMG não continuarão sendo membros da CTEI, em razão dos Acordos assinados. Outro
113 encaminhamento do CIF registrado em Ata: **as Câmaras Técnicas indicarão as linhas temáticas**
114 **de pesquisas aplicadas à Renova, conforme NT nº 17/CTEI.** A CTEI, após o recebimento das
115 consultas respondidas pelas demais CTs, apresentará proposta de deliberação na próxima reunião.
116 Ressalta-se a importância deste alinhamento e direcionamento dos recursos para os estudos
117 relacionados com o TTAC. O próximo item pauta foi apresentado pelo coordenador da CT-Rejeitos,
118 que reportou os andamentos da CT para alinhamento dos trabalhos. Enfatizou a importância de
119 restabelecer o controle de prazos das operações do plano de gestão de rejeitos por parte da
120 Fundação. A preocupação se dá em relação à pouca abrangência do plano, que se limita apenas a
121 calha do rio Doce, bem como o fato de ser muito conceitual e teórico, faltando uma proposta mais
122 concreta de operacionalização. O Prefeito de Rio Doce relatou a preocupação concernente às obras
123 de dragagem na usina de Candonga, com utilização da área da Fazenda Floresta, bem como o fato
124 do Município ser dependente da geração de energia dessa usina. Também relatou as tentativas
125 frustradas de acordos com a Fundação Renova e a Samarco acerca do campo na fazenda
126 mencionada, destacando que ambas não vêm mantendo as propostas e os projetos de forma
127 definitiva e que conseguiram liminar judicial para liberação de alvará da Prefeitura, a qual estava
128 disposta a negociar. A representante da SEMAD afirmou que o licenciamento ambiental dessa
129 região tem se deparado com dificuldades. O coordenador da CT-Rejeitos informou que a execução
130 do plano de manejo está diretamente relacionado com essas pendências. Ao final, ambos
131 mencionaram a situação das lagoas de Linhares, não contempladas especificamente no plano de
132 manejo de rejeitos, as quais serão objeto de Nota Técnica conjunta para que a Renova apresente
133 soluções para área, e cuja parte específica sobre o ambiente lacustre e brejoso será elaborada pelo
134 IEMA, que sugeriu que também fossem propostas áreas pilotos da região estuarina e lagunar. A
135 Presidente mencionou que disponibilizará auxílio ao IEMA por meio da Superintendência do Ibama
136 no ES. O próximo item da pauta foi proposta pelo Prefeito de Mariana/MG, que reiterou a
137 dificuldade na obtenção de informações solicitadas por parte da Renova, principalmente quanto ao
138 questionamento relativo às medidas compensatórias que ainda não foram realizadas, e que estão
139 sendo caracterizadas com reparatórias. Foi realizada leitura da Cláusula 232 do TTAC. Ampla
140 discussão sobre a aplicação e a forma de cobrança da Renova para a aplicação dos duzentos e
141 quarenta milhões de reais em ações compensatórias anuais, a qual deve ter maior transparência na
142 aplicação desses recursos, juntamente a um extrato de prestação de contas especificando a
143 separação dos gastos com a compensação e a reparação, assim como de outras naturezas. O Prefeito
144 de Mariana comunicou que a Fundação Renova não responde conclusivamente aos Ofícios relativos
145 ao relatório detalhado das contratações locais, problema que também foi relatado pelos
146 representantes da CTEI. Por fim, o Prefeito pediu pra registrar em Ata sua indignação ante a
147 protelação da Renova, justificando sua ausência no segundo dia de reunião do CIF. Os
148 representantes do ES registraram a ausência de membros da CT-BIO na reunião, passando a
149 apresentação dessa CT para o dia subsequente. Em seguida, o representante da CT de Comunicação

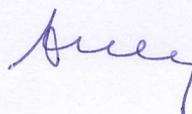
150 apresentou informes gerais e a Nota Técnica que propôs a retirada do idioma Espanhol do sítio
151 eletrônico da Fundação, demonstrando que o número de acessos por meio desse idioma não é um
152 número considerável, sendo mantido o idioma Inglês, além do Português. Decidiu-se incluir essa
153 solicitação entre as propostas de alteração do TTAC. Último item da pauta, a SECEX apresentou a
154 minuta de deliberação que define as diretrizes mínimas para orientar a realização de eventos
155 técnicos promovidos no âmbito dos programas do TTAC. Os questionamentos e as propostas se
156 devem ao receio de que os recursos gastos com os altos custos relativos às reservas de locais e
157 organizações de eventos pela Renova sejam debitados do montante destinado aos programas
158 compensatórios. O Secretário Executivo substituto informou que a Renova demonstrou certo
159 incômodo frente a essas diretrizes, uma vez que consideram alguns pontos como uma ingerência do
160 CIF na Fundação, a qual teve acesso à minuta apresentada na reunião do CIF no dia 09 de maio, na
161 Casa Civil. Ampla discussão sobre o tema, com relato de membros e coordenadores de CTs acerca
162 da realização de *workshops* desnecessários e que expõem as equipes técnicas a situações
163 embaraçosas, quando as decisões técnicas amplamente discutidas no âmbito das Câmaras Técnicas,
164 que contam com membros de dezenas de órgãos e instituições, são contraditas por especialistas
165 contratados pela Renova, diante do público, sem que sejam feitas quaisquer explicações sobre o
166 TTAC, o CIF, ou o funcionamento das CTs. No decorrer da discussão, a minuta foi amplamente
167 alterada, tornando as diretrizes mais brandas, as quais serão apresentadas à Renova antes da votação
168 da deliberação. Por fim, restou decidido o agendamento para o dia 12 de junho de 2017 a 2ª
169 Reunião Extraordinária do CIF, para tratar exclusivamente sobre as propostas de alteração das
170 cláusulas do TTAC. Proposta de que seja realizada por videoconferência na parte da tarde na
171 Agência Nacional de Águas. As alterações propostas pela CT-Rejeitos serão posteriormente
172 enviadas ao Juízo para homologação. Em razão da greve geral acontecendo em Brasília
173 simultaneamente, os membros hospedados em setores próximos aos locais da manifestação foram
174 convidados a participar da reunião fechada com a Samarco sobre a sugestão do pagamento da multa
175 diária aplicada pelo CIF, proposta pela CT-Rejeitos, que foi transferida do Gabinete da Presidência
176 do Ibama para o Auditório nº 2. A reunião se encerrou às dezoito horas do dia vinte e quatro de
177 maio de dois mil e dezessete. Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às
178 nove horas, no Auditório nº 2 do Ibama Sede – Brasília/DF, foi **retomada a segunda parte da 14ª**
179 **Reunião Ordinária** do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o
180 quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente suplente do CIF cumprimentou todos
181 os presentes e reiniciou os trabalhos com informes gerais, comunicando que não houve êxito no
182 contato ao coordenador suplente da CT-BIO, para realizar a apresentação da proposta de
183 deliberação pela manhã. O Secretário Executivo substituto informou que o coordenador titular dessa
184 CT, Diretor do ICMBio, está em outra reunião, bem como um dos membros que representou a CT
185 em reuniões passadas encontra-se de férias. O representante da SEAMA solicitou que fosse
186 registrado em Ata o repúdio diante das reiteradas ausências dos gestores da CT-BIO, tentando
187 contatar o coordenador suplente, técnico da IEMA, para apresentação por videoconferência do
188 Espírito Santo. A Presidente suplente do CIF comunicou que a Presidente do Ibama tomará as
189 providências cabíveis junto ao Presidente do ICMBio. A videoconferência com Minas Gerais foi
190 iniciada, com apresentação dos membros da CT-Saúde em MG, que trouxeram informes sobre a
191 reunião da CT ocorrida no dia anterior. Seguindo a pauta, a coordenadora da CT-SHQA iniciou as
192 apresentações com informes gerais sobre as últimas reuniões dessa CT, mencionando sobre as duas
193 minutas de Notas Técnicas formuladas para auxiliar a Câmara Técnica de Saúde recém-criada,
194 sendo uma relativa às bases mínimas de monitoramento da água tratada para consumo humano e a
195 outra sobre o plano de comunicação de qualidade de água para consumo humano, com critérios a
196 serem seguidos pela Renova. Ao discorrer sobre o PMQQS, decidiu-se que a aprovação desse plano
197 deverá ser publicada nos sítios eletrônicos dos órgãos federais e estaduais envolvidos, em trabalho
198 conjunto das Assessorias de Comunicação, para ampla divulgação. Na sequência, tratou sobre a
199 melhoria dos sistemas de abastecimento, ressaltando a inconsistência dos documentos enviados às



200 Câmaras Técnicas pela Renova, especialmente à CT-SHQA, que recebeu um relatório de fevereiro
201 para ser analisado em maio, somente para cumprir o prazo, em contundente falta de respeito ao
202 serviço prestado pelos técnicos. O representante da SEAMA asseverou que a continuidade dos
203 trabalhos da IEMA na CT-SHQA dependerá da restituição dos gastos com o pessoal por parte da
204 Renova. Em seguida, a coordenadora da CT-SHQA explanou acerca da atual fase da coleta e
205 tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos, apresentando as ações desenvolvidas e as
206 dificuldades encontradas pela CT. Destacou que os Municípios estão se agrupando em consórcios
207 para criação de aterros sanitários. Em continuidade, ressaltou que a CT vem recebendo Ofícios dos
208 Municípios com a indicação de conta bancária aberta na Caixa Econômica Federal especificamente
209 para recebimento dos recursos advindos da Deliberação CIF nº 43. Assim, decidiu-se pelo
210 agendamento de reunião com representantes da CEF e representantes dos Estados e de outros
211 órgãos envolvidos, para alinhamento da questão, a fim de se evitar a geração de expectativas e o
212 adiantamento atribulado do Programa, que vem cumprindo os prazos estabelecidos.
213 Questionamentos acerca da política de *compliance* da Renova. Apresentação de tabela relativa ao
214 valor teto para esgotamento e o valor solicitado pelos Municípios. Por fim, a coordenadora da CT-
215 SHQA reiterou que o prazo será mantido e que até o dia 16 de junho será entregue NT com a análise
216 dos pleitos municipais. Seguindo a pauta, o representante da FUNAI iniciou apresentação sobre a
217 Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, sugerindo o desmembramento da
218 CT, separando os trabalhos com os indígenas e com os quilombolas, porém foi esclarecido pela
219 Presidente acerca da impossibilidade da divisão nesse momento, em razão do fluxograma da
220 Deliberação CIF nº 52, determinando que primeiramente a CT deverá ser formalmente constituída
221 para então elaborar NT com a proposta de desmembramento para deliberação do CIF. Ademais, a
222 Presidente respondeu no sentido de que todas as CTs são multidisciplinares e que a demanda de
223 separação da CT-Indígena já foi debatida anteriormente e vencida no âmbito do CIF, além do
224 volume de trabalho relativo aos outros povos e comunidades tradicionais não-indígenas não
225 justificar o desmembramento, reiterando que a FUNAI foi indicada pela Presidência da República
226 para coordenar a CT-Indígena. Os membros do CIF debateram sobre a falta de atuação por parte da
227 FUNAI, frisando a necessidade de composição e formalização da CT. Informações sobre as
228 comunidades quilombolas impactadas foram mencionadas, assim como o novo papel da Casa Civil
229 no Plano de Monitoramento multicâmaras, que não assumirá a coordenação dessa CT. A Presidente
230 do CIF agendará reunião com o Presidente da FUNAI sobre o tema, com a participação de
231 representantes da Casa Civil. Asseverou que essa Câmara é a única que não está funcionando e que
232 o CIF responde ao Ministério Público e a imprensa sobre essa questão. O representante da CBH-
233 Doce destacou que os impactos sobre os Krenak foi bastante relevante, sendo imprescindível o
234 funcionamento da CT-Indígena. O representante da FUNAI respondeu que os direitos dos indígenas
235 de ingressar com ações judiciais continua garantindo, ressaltando que percebeu grande resistência
236 dos Krenak ao CIF, os quais não estão dispostos a participar do Comitê. Os representantes da CT-
237 Saúde pediram novamente a palavra por videoconferência para trazer novos informes sobre as
238 minutas de NTs que estão sendo elaboradas. Ainda sem nenhum representante da CT-BIO para
239 apresentar a proposta de deliberação ao CIF, decidiu-se por esperar a chegada do segundo
240 coordenador suplente na Superintendência do ES para apresentá-la por videoconferência, já iniciada
241 anteriormente. Em seguida, passou-se a parte aberta da reunião, iniciando-se as deliberações do CIF.
242 Quórum verificado. A primeira proposta de deliberação foi apresentada pela CT-FLOR, com a
243 simulação do cronograma de distribuição das nascentes a serem recuperadas, conforme
244 consensualizado pelos membros do CIF. Após novo debate e pequenas alterações, decidiu-se por
245 aprovar apenas o cronograma relativo aos próximos quatro anos, devendo a CT-FLOR propor as
246 recuperações de nascentes dos anos posteriores seguindo os critérios estabelecidos pelo CIF.
247 Votação. Aprovada a **Deliberação nº 68**. Em seguida, a CTEI apresentou a proposta de deliberação
248 propondo prazo até o dia 06 de junho para a Renova revisar a documentação enviada à Câmara
249 Técnica referente às diretrizes básicas para o ressarcimento com as considerações estabelecidas pela

250 NT nº 14/CTEI. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 69**. A próxima proposta deliberação foi
251 apresentada pela CT-OS, sobre a validação dos Lotes 005, 006, 007 e 008 do Cadastro Integrado.
252 Sem quaisquer alterações. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 70**. Próxima deliberação
253 apresentada novamente pela CT-OS, também relativa ao Programa de Levantamento e Cadastro dos
254 Impactados. A minuta propôs a aprovação do cronograma para cadastramento prioritário das
255 demandas não localizadas até janeiro de 2017. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 71**. A terceira
256 proposta de deliberação apresentada pela CT-OS versou sobre a alteração da Coordenação da
257 própria Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial, alterando o disposto na
258 Deliberação nº 07/2016. A Casa Civil deixará de ser responsável pela CT-OS, que ficará a cargo do
259 MDS, e a primeira suplência ficará sob responsabilidade do Estado de Minas Gerais. Votação.
260 Aprovada a **Deliberação nº 72**. A próxima proposta de deliberação foi apresentada e lida em voz
261 alta pelo Secretário Executivo substituto do CIF, relativa às bases mínimas para a relatoria do
262 Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada, aprovando o modelo de
263 Relatório padrão anexo à deliberação, com as diretrizes para o acompanhamento do referido
264 Programa. Após pequenas alterações de redação com apontamentos do coordenador da antiga CT-
265 SECL, por videoconferência, incluiu-se o item prevendo que o padrão do relatório deverá ser
266 observado pela Fundação Renova na implementação do Programa. Votação. Aprovada a
267 **Deliberação nº 73**. A próxima proposta de deliberação foi apresentada pelo representante da CT-
268 BIO, por videoconferência, acerca da delimitação do mapa da Área Ambiental 1. Alterações de
269 alguns itens da minuta. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 74**. O coordenador suplente da CT-
270 BIO solicitou que fosse cobrado da Renova o cumprimento dos prazos dos Programas de
271 Biodiversidade, corriqueiramente descumpridos. Ampla discussão. A Presidente informou que o
272 assunto tocante ao descumprimento dos prazos previstos nas Cláusulas do TTAC por parte da
273 Renova será tratado na próxima reunião do CIF. Dúvidas relativas ao *compliance*. Decidiu-se por
274 também incluir esse ponto na pauta da próxima reunião do CIF em junho, quando a Renova prepará
275 apresentação sobre a Política de *compliance* da Fundação. Apesar da ausência de representantes do
276 ICMBio nesta reunião, o debate sobre o andamento dos programas de biodiversidade seguiu de
277 maneira ampla, decidindo-se pelo agendamento de reunião referente à CT-BIO e as cláusulas sob
278 sua responsabilidade, com a participação do Ibama, ICMBio, SEMAD, FEMAM, IEMA e Renova.
279 Na sequência, foi apresentada a minuta de deliberação que define diretrizes mínimas para orientar a
280 realização de eventos técnicos promovidos no âmbito dos programas do TTAC. A Presidente
281 discorreu sobre o a primeira versão da minuta elaborada pela SECEX e apresentada na reunião
282 passada do CIF, bastante detalhada e com grau de controle elevado sobre os eventos. Todavia,
283 ontem o tema foi exaustivamente debatido pelos membros do CIF, resultando em alterações
284 substanciais na proposta anterior. O primeiro ponto foi para restringir a deliberação para os eventos
285 técnicos, sem que seja aplicada às oitivas as comunidades no âmbito dos programas. Também foi
286 reduzido o tamanho da proposta de deliberação que conterà apenas diretrizes gerais, que não
287 necessitam de aprovação das CTs. A proposta atual foi lida integralmente pela Presidente,
288 ressaltando que todas as regras rígidas de controle foram retiradas, a partir de leitura conjunta
289 consensual de que os eventos são importantes, mas que devem ser considerados como externos aos
290 Programas, não necessitando de validação do CIF. Abriu-se então a palavra para o Presidente da
291 Renova, que defendeu as oitivas técnicas fora do âmbito das CTs, mencionando impossibilidades
292 legais correlatas a proposta, bem como o entendimento de que a considera como intervenção
293 indevida. Na sequência, questionou acerca do grau de gestão que o CIF possui na Fundação,
294 sugerindo a consulta formal do Ministério Público de Fundações sobre o assunto. Esse tema gerou
295 grande debate dentro do Conselho da Renova, com a presença da Procuradoria de Fundações do
296 MPE/MG, a qual comunicou à Renova que gostaria de se manifestar a respeito dessas diretrizes, por
297 se tratar da integridade jurídica da Fundação. O representante da Renova ressaltou que a autonomia
298 da Fundação pode estar em risco, caso deliberações dessa natureza sejam aprovadas. Assim, será
299 agendada reunião da Presidente do CIF com o MP de Fundações, apesar do MP estar sempre

300 convidado a participar das reuniões do CIF. Ampla debate acerca dos *workshops* realizados pela
301 Renova, onde são contratados especialistas para discutir as diretrizes definidas pelo CIF por meio
302 dos subsídios das Câmaras Técnicas compostas por dezenas de técnicos de diversos órgãos do país,
303 com notório conhecimento científico. A Renova se comprometeu que não deixará de seguir as
304 diretrizes, mas apenas informará as CTs que surgiu uma visão diferente sobre o tema, que poderá
305 ser agregada, preservando o contraditório. A Presidente respondeu que não se almeja a supressão do
306 contraditório, mas apenas reservá-la para as discussões dentro das CTs. A Procuradora da ANA
307 asseverou que não se pode questionar as decisões posteriormente ao início do seu cumprimento,
308 pois as diretrizes já foram analisadas, decididas e validadas, diferenciando as diretrizes e as decisões
309 das CTs. O Presidente da Renova respondeu que não se trata de questionar as decisões, mas
310 aprimorá-las. Ampla discussão com enorme participação. A Presidente suspendeu a votação da
311 minuta de diretrizes dos eventos e a versão final elaborada no dia anterior pelos membros do CIF
312 foi enviada formalmente ao e-mail dos representantes da Renova, pelo Secretário Executivo
313 substituto. Reiterou que o problema está posto e que precisa-se chegar a um consenso quanto a
314 realização desses eventos, que devem se realizados de forma mais integradas com as CTs, e não de
315 forma independente. Às treze horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às
316 quatorze horas e vinte minutos. Primeiramente, a Presidente confirmou o agendamento da 2ª
317 Reunião Extraordinária do CIF para a data de 12 de junho, na Sala de Vidro da Agência Nacional de
318 Águas, a partir das quatorze horas, para tratar exclusivamente sobre o item da pauta relativo à NT
319 de consolidação das propostas de alteração do TTAC. Restou decidido que as últimas sugestões das
320 CTs poderão ser enviadas até o dia 02 de junho. O documento final consolidado será entregue ao
321 Juízo para homologação ainda no mês de junho, sendo que as complementações da CT-Rejeitos
322 serão entregues posteriormente, após a análise final do plano de manejo de rejeitos. Em breve, a
323 SECEX elaborará NT separada sobre os erros formais mais destoantes do TTAC, tais como
324 numeração errônea de parágrafos e repetição das subseções. O próximo item da pauta versou sobre
325 os encaminhamentos relativos às multas aplicadas à empresa Samarco, definidas nas Deliberações
326 do CIF nº 45 e 54, impostas devido ao atraso na dragagem de Candonga. Foi então apresentada a
327 proposta formal da Fundação, com base na reunião da noite anterior com a Samarco e demais
328 acionistas. Leitura dos principais pontos solicitados pela Fundação, com ênfase nos quatro pedidos
329 ao final do Ofício. O coordenador da CT-Rejeitos relatou o andamento da reunião com a Samarco e
330 fez breve histórico acerca da imposição da penalidade, ressaltando que o objetivo do CIF não é a
331 multa em si, mas a recuperação e a mitigação do desastre. Discorreu sobre o plano de manejo de
332 rejeitos que contemplou um plano de trabalho de Candonga, que demandará pequenos ajustes,
333 devido à complexidade da análise. O documento apresentado pela Renova propõe maior
334 flexibilização por parte do CIF antes da aplicação de multas, assim como a repactuação do prazo do
335 Parágrafo Terceiro da Cláusula 150 do TTAC, com aprovação de novo cronograma, o que
336 suspenderia o andamento da multa diária a partir da presente data. Os membros do CIF avaliaram e
337 discutiram tais demandas. Dentre os encaminhamentos, destaca-se que as propostas serão analisadas
338 pela CT-Rejeitos, pelos membros e pelos departamentos jurídicos dos órgãos ambientais e demais
339 entes signatários do TTAC, representados no CIF. A Presidente comunicou que a Samarco aceitou a
340 sugestão de aplicação dos valores da multa punitiva e da multa diária acumulada nos programas do
341 TTAC. A CT-Rejeitos apresentará Nota Técnica e proposta de deliberação sobre esse assunto na
342 próxima reunião ordinária do CIF. Também constará na pauta da próxima reunião o item relativo ao
343 balanço dos prazos do TTAC. Na sequência, foram abordados outros temas para discussão junto a
344 Renova. Primeiramente, a situação da Fazenda Floresta foi exposta pelo Prefeito de Rio Doce,
345 abordando questões de desapropriação da área do campo, judicialização do alvará municipal obtido
346 por liminar, tombamento provisório, e o não cumprimento dos compromissos firmados com a
347 comunidade por parte da Renova, que constantemente comunica alterações dos projetos para a
348 região, gerando insegurança com repetidos recuos na execução do planejamento avençado.
349 Solicitou clareza sobre o que será feito na Fazenda Floresta e que o roteiro estabelecido seja



350 seguido, necessitando de documento formal da Fundação nesse sentido. A Presidente ressaltou que
351 essa problemática é relacionada com o plano de manejo de rejeitos, devendo ser solucionada o mais
352 rápido possível. A Renova informou que está alinhada com o Município na tentativa de solucionar o
353 aludido entrave, todavia encontra divergências com a Samarco, principalmente na esfera jurídica, o
354 que tem atrasado a execução do plano de manejo. A partir das futuras reuniões já marcadas,
355 acredita-se que em breve a situação será resolvida. O próximo assunto abordado com a Renova foi
356 relativo aos valores gastos com os programas, requerendo-se um extrato demonstrativo segregado
357 entre reparatórios e compensatórios, facilmente acessível através de um portal da transparência em
358 que estejam disponível todos os dados sobre o quanto foi gasto até o momento em cada programa,
359 mas de forma integrada. Também foram solicitadas informações relativas ao programa de
360 contatação da mão de obra local. O Presidente da Renova informou que todas as informações estão
361 prontas e serão disponibilizadas no sistema (*webgiz*) em junho ou julho, onde todos os gastos serão
362 georreferenciados e separados por programas. Com relação às compras locais, informaram que as
363 mesmas já estão sendo iniciadas, mas invocaram o *compliance* novamente como obstáculo. A
364 diretora da Renova informou que caravanas da Fundação passaram pelos principais polos, treinando
365 e cadastrando fornecedores locais, principalmente para a construção civil. Assim, os
366 encaminhamentos foram: enviar Ofício à CTEI sobre a contratação local, agilizar a implementação
367 do sistema para divulgar informações para a sociedade, e enviar ao CIF o extrato de gastos por
368 programa. Após dúvidas relativas às auditorias, o representante da Ernst & Young explicou as
369 diferenças entre as três diferentes modalidades de auditoria. A primeira é a relativa ao resultado
370 técnico, que está sendo realizada pela própria EY, iniciando-se pela CT-Infra. A segunda é a
371 auditoria macro, de caráter financeiro mais geral, que será realizada pela Prime (PWC). E a terceira
372 é a auditoria contábil, nota fiscal por nota fiscal, específica para cada programa, que também será
373 realizada pela EY, a pedido da Renova. Com relação à prestação de contas anual da Fundação, nos
374 moldes do Código Civil, foi informado pela Renova que será feito em junho, relativo ao ano de
375 2016, na base de dados da Receita Federal, e posteriormente apresentado ao CIF. Por fim, a
376 coordenadora da CT-SHQA leu a minuta do Ofício da ANA que será enviado aos Municípios com
377 esclarecimentos de que nenhuma instituição financeira foi indicada pelo CIF, pela CT ou pela
378 Renova para recepção ou gestão dos recursos oriundos do programa de saneamento. Será
379 agendada reunião com a CEF a respeito do tema. A 14ª Reunião Ordinária do CIF se encerrou às
380 dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de maio de 2017.

